



DESENVOLVIMENTO, DESASTRES E ECONOMIA: OS FATORES DETERMINANTES NA FORMAÇÃO URBANA DE BLUMENAU

Frederico Ferrarezi Beckedorff

Marcos Antonio Mattedi

Alice Garbari

RESUMO

O modelo de desenvolvimento de Blumenau é marcado, historicamente, por eventos de tragédias e superações. O fato de estar situado em uma região ambientalmente frágil, trouxe a cidade a necessidade de mudanças nos seus padrões de uso e ocupação do solo. No entanto, apesar das frequentes enchentes e deslizamentos de solo, a forte economia blumenauense, atrai cada vez mais pessoas em busca de oportunidades e crescimento, alavancando a urbanização e intensificando os problemas decorrentes na formação da cidade. O desenho urbano passa a refletir além das áreas passíveis de ocupação, mas também os bolsões de pobreza e vulnerabilidade que significam a única opção a população de baixa renda. Assim, em função da conformação econômica e do risco aos desastres naturais, este trabalho procura compreender o processo da formação e movimentação urbana de Blumenau, analisando os principais fatores que induziram para o seu desenho atual.

PALAVRAS-CHAVE:

Planejamento Urbano; Desenvolvimento; Urbanização; Desastres Naturais; Blumenau-SC.

1 Introdução

Os estudos sobre os desastres naturais, normalmente, apresentam seus diagnósticos feitos sobre a base empírica, ou seja, estudando o evento e o meio físico. E por outro lado, o desenvolvimento surge de estudos normativos. No entanto, existe uma relação direta, porém de difícil reconhecimento, entre a questão dos desastres naturais e do desenvolvimento. Essa é uma relação assimétrica pois se trata de saber como os desastres afetam o desenvolvimento de uma região mas, também, como o desenvolvimento afeta os desastres. Os níveis de desenvolvimento representam a materialização do risco, uma vez que impactam nas perdas decorrentes dos desastres. Este argumento fica evidente, uma vez que comparamos as desigualdades entre as regiões mais impactadas e as menos impactadas. Assim, os impactos decorrentes dos desastres são mais fortes em regiões



menos desenvolvidas. Isso porque, o poder de resposta, ou mesmo de reconstrução, apesar das perdas, representa uma consequência positiva dos desastres.

Blumenau, historicamente, representa uma situação economicamente desenvolvida, porém a cidade, que está inserida em um meio físico bastante frágil e vulnerável, convive com uma intensa desigualdade tanto socioeconômica quanto espacial. Os padrões de uso e ocupação do solo dentro do modelo de desenvolvimento adotado, comprometeram a relação entre sociedade e natureza na região. Como resultado, Blumenau sofre intensamente com os eventos dos desastres, sendo que os principais marcos aconteceram com as enchentes de 1983 e 1984 e, posteriormente, com os deslizamentos em 2008 e 2011. A intensidade dos eventos deixa evidente a relevância na discussão da relação entre os desastres naturais e o desenvolvimento de Blumenau.

Deste modo, o estudo procurou entender o histórico de ocupação das regiões estabelecidas no município, bem como os fatores socioeconômicos que interferiram no seu processo de desenvolvimento. A pesquisa realizou um resgate histórico socioeconômico, desde a sua colonização com características agrícolas e posteriormente industrial e tecnológica. Utilizou-se também coleta de dados da Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Blumenau, referente aos períodos entre 1980 e 2010, onde foram estudados os bairros das cinco regiões do município (Norte, Sul, Leste, Oeste e Central). Buscou-se, então, identificar os motivadores dos índices e as causas das movimentações internas. A partir das informações coletadas, foi possível mensurar as taxas de crescimento de cada região (população, domicílios, comércios e serviços e indústrias), correlacionando as áreas com maior vulnerabilidade aos desastres naturais e as questões econômicas que influenciaram no desenvolvimento urbano de Blumenau.

2 O histórico de urbanização de Blumenau

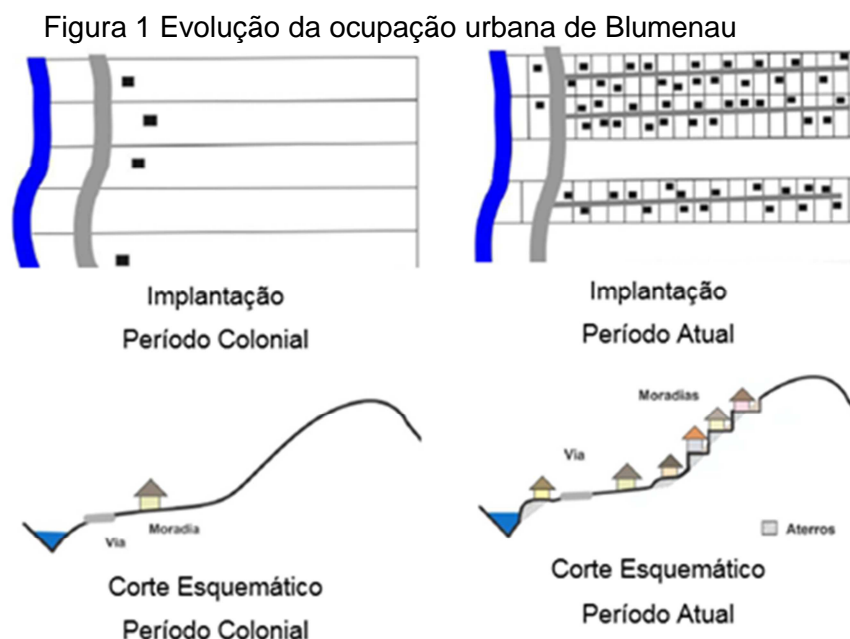
A paisagem urbana atual é o produto de uma sobreposição de cenários vivenciados no decorrer da história da ocupação e desenvolvimento de determinado território. Milton Santos (1994) define a paisagem como o resultado de acumulações, onde algumas construções permanecem intactas, enquanto outras dão lugar às novas possibilidades. Neste contexto, a sobreposição temporal das estruturas, sugerida por Braudel (1949), é representada nessas lentas transformações da paisagem urbana, muitas vezes não

*Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios
Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017*



percebidas. A História, portanto, é construída a partir de obstáculos estruturais que giram em torno das limitações espaciais bem como da alimentação, da economia, das crenças, das relações, enfim, a estrutura da vida social é indissociável do meio (BRAUDEL, 1949). A mudança destes cenários faz com que os centros urbanos vivam em constante mutação.

No caso de Blumenau, colonizada em 1850 por Dr. Hermann Blumenau, implantou-se o modelo de ocupação trazido do Leste da Alemanha. Após o início da colonização podemos dividir a história da cidade em três momentos: 1) a cidade agrícola; 2) a cidade industrial; e 3) a cidade tecnológica e de prestação de serviços. No entanto, as características físicas, como os vales e rios, que compõem a bacia hidrográfica do Rio Itajaí-Açú, que abriga a cidade, não foram propícias para o modelo de ocupação e desenvolvimento traçado no decorrer das décadas (Aumond, 2009). A distribuição dos lotes coloniais, seguiu os cursos de rios, ribeirões e riachos. Este sistema de ocupação trazido da Alemanha, conhecido como Waldhufendorf (linha de floresta) definia lotes estreitos e compridos, deixando marcas que refletem na estruturação urbana de Blumenau até os dias atuais (figura 1).



Fonte: Adaptado pelos autores com base: SIEBERT, 1998.

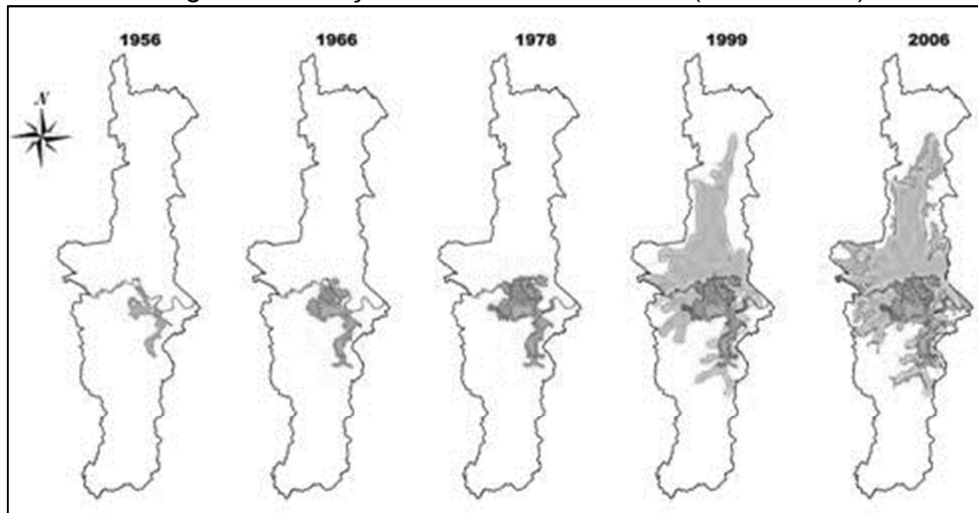


Para a ocupação a partir da estruturação construída no período colonial, alterações na topografia foram necessárias, como aterros e cortes. Essas intervenções quando realizadas próximas ao sistema hídrico, além alterar o leito do rio, colocaram edificações em áreas suscetíveis as cheias e deslizamentos das margens. E, por outro lado, quando realizadas nos morros, facilitam os deslizamentos das encostas, afetando um número grande pessoas. Assim, Como resultado, historicamente, nos deparamos com situações extremas envolvendo a saturação dos sistemas hídricos, como enchentes, inundações ou enxurradas; ou ainda os deslizamentos de terra decorrente da topografia íngreme e da fragilidade geológica do local.

Inicialmente, o transporte que era realizado através do sistema pluvial fez com que a ocupação acontecesse de forma linear e radial com eixos paralelos aos cursos d'água, estendendo-se até os morros (PELUSO, 1991). O fato da água ser essencial tanto para a agricultura, quanto para a indústria, contribui para a essa proximidade dos pontos de ocupação com o rio. A Colônia a princípio se desenvolveu de maneira localizada com a prática da agricultura de subsistência e da produção artesanal. A partir de 1880 a cidade passa a se industrializar, principalmente no setor têxtil. As fábricas se apartaram do centro urbano em busca de grandes espaços, além dos recursos hídricos, nucleando os vales dos ribeirões afluentes. As vilas operárias então surgiram e, isoladamente, se formam os bairros da cidade (MORETTI, 2006), conforme pode ser visualizado na representação da evolução urbana de Blumenau (1956-2006) na figura 02.



Figura 2 Evolução Urbana de Blumenau (1956 - 2006)



Fonte: OBEB, 2016.

Os dois primeiros eventos socioeconômicos – a agricultura e a industrialização – revelam uma dupla concentração. A primeira intensifica a migração em busca de novas oportunidades de emprego e; a segunda é marcada pela aglomeração e urbanização das áreas centrais próximas ao rio. O cenário muda com os impactos decorrentes das enchentes de 1983 e 1984. Somente a enchente de 1983, que chegou a cota 15, deixou 50 mil pessoas desabrigadas (29,3% da população) e oito mortos em Blumenau e causaram prejuízos de mais R\$ 1 bilhão para toda a região do Vale do Itajaí. Como medida, o Plano Diretor de Blumenau, passou a restringir a ocupação do solo somente acima da cota 10 fazendo com que os morros passassem a ser adensados rapidamente (SIERBERT, 2009). Após 25 anos, o maior desastre ambiental relacionado às enchentes em Santa Catarina, ocorrido em 2008 não fez distinção de classes. Seja através da enchente ou das enxurradas nas cotas mais baixas, ou ainda com os deslizamentos de terra, em cotas mais altas, a tragédia arrasou casas, tirou vidas e causou inúmeros prejuízos. (MATTEDI, 2009). Em Blumenau foram 3 mil pontos de deslizamentos, 24 mortos, 103 mil atingidos e mais de 2 mil casas destruídas ou danificadas. O evento atingiu 63 municípios de Santa Catarina e afetou 34% de toda a sua população.

Como decorrência da sobreposição temporal vivida por Blumenau, encontramos um tecido urbano bastante problemático. Muitas ruas, perpendiculares aos morros e sem conexões resultaram em uma malha viária congestionada e descontínua. Os cortes



topográficos, originados a partir do modelo de implantação da cidade, quando aliados as fragilidades geológicas e ao adensamento urbano, causaram enormes tragédias nos morros blumenauenses. E, por outro lado, a alta demanda de mão de obra industrial, intensificou a migração e a urbanização de Blumenau induzindo a ocupação de áreas com alta vulnerabilidade (SIEBERT, 2008). As fragilidades socioambientais locais geraram uma interação problemática entre a ação da sociedade no meio, e a resposta do meio perante a sociedade. Blumenau tornou-se uma cidade economicamente moderna e ao mesmo tempo, frágil.

A partir da década de 70 inicia-se um novo modelo de economia. Especialmente no fim da década de 80, a região abraça o setor de prestação de serviços, em especial na área tecnológica. O fato demanda investimento em formação acadêmica da mão obra contratada, atraindo profissionais de todo o país. Blumenau é a segunda cidade que mais cresce no Brasil, na área de TI, estando inserida no Vale do Software, que compreende toda a região do Vale do Itajaí. Outros setores que também formam a economia atual da cidade giram em torno da área da saúde, de turismo e de formação acadêmica. Em geral, todas estas atividades acontecem no centro urbano da cidade. Este período é marcado por um novo modelo de viver, se locomover, morar e consumir. A verticalização dos edifícios passam compor a paisagem blumenauense, justificados pela possibilidade de ocupação nas áreas alagáveis centrais. Este processo, torna os empreendimentos bem localizados e seguros, porém fora do alcance de boa parte da população, incentivando a desigualdade a partir da especulação imobiliária. Entre as frequentes enchentes ou os fatais deslizamentos, à população de baixa renda resta apenas as áreas sujeitas aos desastres, como margens de rios e ribeirões e, principalmente encostas de morros.

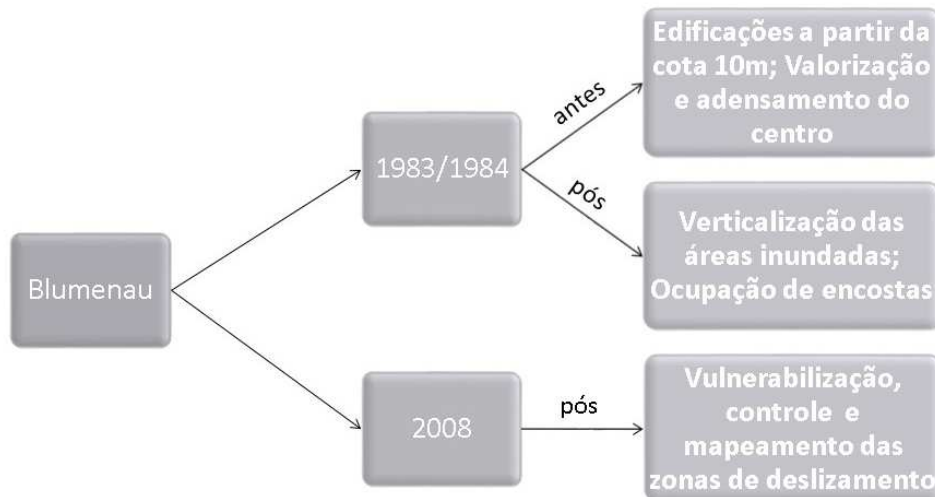
A sobreposição dessas três estruturas econômicas urbanas – a cidade agrícola, a cidade industrial e a cidade de tecnológica e de prestação de serviços – resulta na Blumenau de hoje. Após quase 170 anos de história, encontramos uma série de dificuldades em seu planejamento e desenvolvimento. E apesar das revisões dos Planos Diretores estabelecerem critérios quanto ao parcelamento do solo, bem como seu uso e ocupação, aberturas de vias e direcionamento da cidade, a sua estrutura original dificultou o planejamento da cidade pois sobrecarregou a capacidade assimilativa do ambiente. Este mecanismo está associado aos desastres e a magnitude dos danos e impactos causados pelos mesmos. Isto significa dizer que, o planejamento informal era definido e estava

*Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios
Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017*



condicionado à influência dos desastres. Para tanto, é apresentado três formas ocupacionais que foram delimitadas por 2 eventos distintos (conforme fluxograma 01) e que marcaram a história de Blumenau. Estes dois eventos estão separados por cerca de 25 anos e são tidos como os eventos de maior impacto na história recente da cidade. A partir de cada um destes acontecimentos, a sociedade agiu para proteger-se e evitar novos danos dos respectivos eventos de desastres.

Fluxograma 1 A influência dos desastres no uso e ocupação do solo em Blumenau



Fonte: Elaborado pelos autores com base: SIEBERT, 1998.

3. Análise gráfica do desenvolvimento e movimentação urbana de Blumenau

Tendo em vista os três momentos da formação econômica e urbana da cidade e os eventos de desastres marcantes recentes – 1983/1984 e 2008 – buscou-se analisar a partir destes fatores, a movimentação interna regional da cidade. A partir das informações coletadas, foi produzido um conjunto de gráficos descritivos. Estes gráficos mensuram as variações do crescimento da cidade. Compreendem, assim, os períodos de 1980 a 2010, segmentando nas cinco regiões (leste, oeste, central, norte, sul), as categorias de domicílios, comércio e serviço, indústrias e população, conforme demonstrados a seguir na análise decenal.

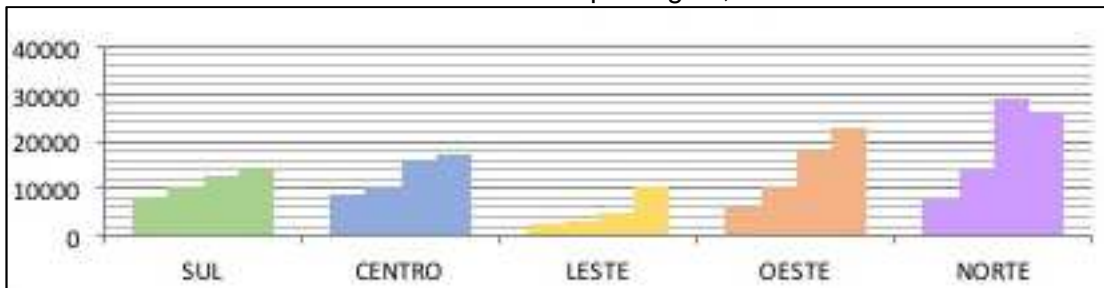


Gráfico 1 Número de habitantes por região, de 1980 a 2010



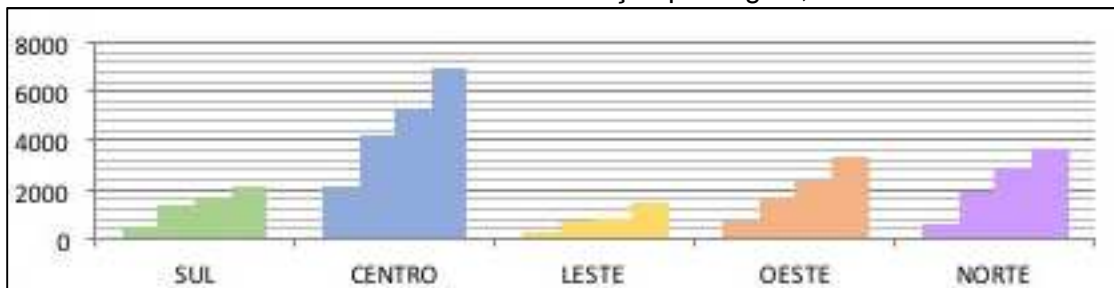
Fonte: Elaborado pelos autores com base em: BLUMENAU, 2016

Gráfico 2 Número de domicílios por região, de 1980 a 2010



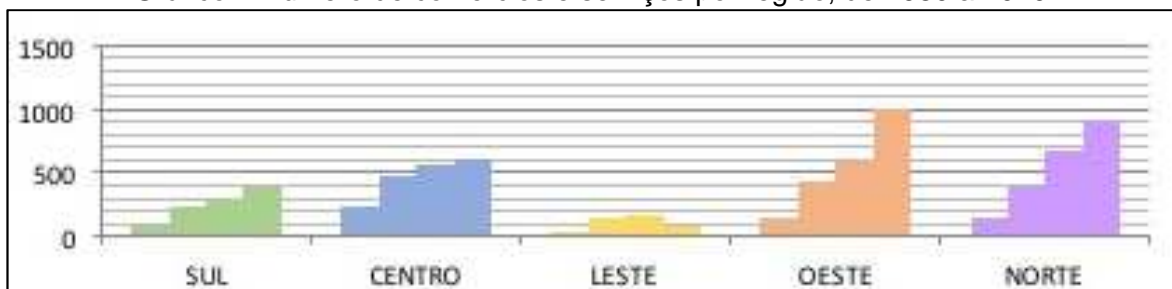
Fonte: Elaborado pelos autores com base em: BLUMENAU, 2016

Gráfico 3 Número de comércios e serviços por região, de 1980 a 2010



Fonte: Elaborado pelos autores com base em: BLUMENAU, 2016

Gráfico 4 Número de comércios e serviços por região, de 1980 a 2010



Fonte: Elaborado pelos autores com base em: BLUMENAU, 2016



O primeiro período a ser analisado, se refere a década de 1980. Nacionalmente, esta foi uma década de recessão. No entanto, em Santa Catarina o cenário foi outro. Com a descentralização das políticas econômicas alcançadas com o Projeto Catarinense de Desenvolvimento (PCD) da década anterior, o estado foi subdividido em 13 microrregiões (GOULART FILHO, 2007). Blumenau consolidou-se como polo da microrregião do Médio Vale do Itajaí, se tornando referência na indústria têxtil e do vestuário. Esta posição fez com que houvesse grande procura e oferta de serviços e mão-de-obra, que conseqüentemente impulsionaram a urbanização. E, se “a explicação do crescimento da produção nos anos 1970 deve ser buscada no ‘milagre econômico’ e a expansão promovida pelo II PND¹”, o início da década de 1980 (1981-1983) foi de dura recessão, recuperando-se nos anos seguintes, até o fim desta década (GOULART FILHO, 2007, p.262). A década seguinte sentiu o peso e a força das enchentes de 1983 e 1984, a crise econômica e a abertura comercial que abalaram a cidade e região, afetando na ocupação do espaço.

Nacionalmente, a virada de década trouxe consigo uma nova fase econômica e comercial (GOULART FILHO, 2007, p. 308). A década de 1990 inaugurava a era neoliberal no país, com as privatizações e as desnacionalizações econômicas. Esse conjunto de situações enfraqueceram e fortaleceram, ao mesmo tempo, o Estado brasileiro: “enfraqueceu no sentido de formular novas políticas de desenvolvimento em bases nacionais; fortaleceu para conduzir os ganhos especulativos do mercado financeiro” (GOULART FILHO, 2007, p. 308). Decorrente disso ocorreram mudanças estruturais na economia de Santa Catarina. A desarticulação estatal devido ao engessamento pela dívida externa e pela crise fiscal e financeira e a abertura comercial permitiu que as alíquotas de importação fossem reduzidas – de 105% em 1990, para 20% em 1993. Além disto, ela também “inaugurou uma nova fase do setor têxtil e vestuário em Santa Catarina, a fase da retração, sendo as cidades de Blumenau e Joinville as mais castigadas (GOULART FILHO, 2007, p.326).

Na década de 1990 a economia brasileira teve seu crescimento reduzido devido à recessão, enquanto que Santa Catarina teve um crescimento baixo, porém acima da média nacional. Mas, a década de 2000 representou a inversão das posições e reversão de

¹ II PND: O segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, foi um programa de investimentos lançado em fins de 1974 pelo Presidente Ernesto Geisel, e visou combinar altas taxas de crescimento com alteração na forma de desenvolvimento econômico no país. Teve como objetivo desenvolver estratégias de combate à recessão econômica mundial e manter as taxas de crescimento nacional (GOULART FILHO, 2007).



cenário. A transição de governos em 2002, do PSDB para o PT no executivo nacional, alterou também a orientação da política econômica nacional. Tal ocorrido desencadeou uma série de ações e iniciativa de políticas para a redução da pobreza, através de políticas sociais e a reposição de perdas salariais (RONÇANI, GOULART FILHO, 2015, p.56). Para Santa Catarina, este novo período foi marcado por oscilações econômicas, mal desempenho na indústria, redução nas exportações e na liberação do crédito. Além disto, ao considerar apenas o “desempenho da indústria geral entre 2001 e 2010, o Brasil cresceu 3,0% e Santa Catarina 0,5%” (RONÇANI, GOULART FILHO, 2015, p. 56). Soma-se a esse desempenho industrial, a diminuição nas exportações, em especial na têxtil e vestuário, que teve índices de desempenho de exportação (-3,38%) e de crescimento da produção (-0,78%) negativos (RONÇANI, GOULART FILHO, 2015). Neste panorama político e econômico nacional e catarinense por um lado, a década de 1990 representou a queda na participação relativa do setor têxtil devido à abertura comercial. Mas, apesar dessa queda, este setor continuou sendo o maior empregador no município. Por outro lado, houve a ascensão do setor varejista e de setores antes inexistentes, como o da informática (BAGATTOLLI, 2014).

No período colonial, primeiramente ocuparam-se pequenos lotes nas áreas planas e, conforme a colônia transformava-se e urbanizava-se, os morros passaram a ser ocupados. Samagaia (2010) apresenta cinco razões à ocupação dos morros, ao longo da história da cidade: I) adensamento do centro, enquanto área plana; II) apropriação de lotes com boa localização para reserva de valor voltado ao mercado imobiliário futuro; III) as enchentes que atingiam as áreas planas²; IV) a relação de valorização e empobrecimento do solo urbano; e V) falta de planejamento que levasse em conta estes fatores e a existência de políticas sociais habitacionais efetivas. Tendo em vista estes fatores que propiciaram a ocupação dos morros, Siebert (2000) aponta o fato da geomorfologia da cidade dificultar as opções que se enquadrem aos parâmetros legais de ocupação. Dessa forma, a escassez de áreas legais e as mesmas sofrendo diversas alterações com o tempo, propiciou as ocupações ilegais e precárias.

² Esta razão demonstra que as ocupações dos morros não eram exclusivas às classes menos favorecidas, pois uma estratégia de fuga das enchentes foi ocupar os morros.



A forma como se deu o desenvolvimento local, ou seja, as divisões de classes que foram demarcadas desde o início da constituição do espaço urbano, assim como as decisões políticas sobre a forma de utilização do solo, foram as principais causas da forma “desordenada” de ocupação e da exposição sensível de grande parte da população aos desastres (SAMAGAIA, 2010, p.102).

O desordenamento ocupacional, então, está relacionado com o crescimento e a retração de cada região da cidade e estas oscilações são resultado de processos multidimensionais. Desse modo, a dimensão dos desastres condicionou as legislações futuras, incorporando as experiências vividas e ditando as novas normas de legalidade e ilegalidade, através de alterações no planejamento urbano. Isto ainda produziu efeitos na valorização e desvalorização territorial. Além disso, foi pela dimensão econômica que se deu as migrações internas na cidade e na região. Isso pois, entre 1995 e 2005, com a crise, ocorreu a reestruturação produtiva do setor têxtil no Médio Vale do Itajaí [MVI], que terceirizou, subcontratou e gerou desemprego, e que foi dissimulado pela rápida migração de mão de obra a outros setores (GARCIA, et. al, 2014). O resultado à ocupação, deste processo multidimensional, foi um crescimento urbano desorganizado, primando pelo acesso ao espaço. As áreas periféricas da cidade – que também se caracterizam como uma das mais vulneráveis – cresceram a partir desta lógica (JANSEN & VIEIRA, 2012).

Jansen e Vieira buscaram pesquisar 2 de 17 áreas de incidência de escorregamentos, segundo a Defesa Civil, entre 1997 e 2001. Concluíram elas que, todas estas áreas são consideradas periféricas, pois “as mesmas não tendem somente a envolver um centro, mas representam um ambiente diferenciado, seja pela localização distante ou pela exclusão, caracterizada pelas precárias condições de vida que configuram uma paisagem deteriorada”. Desta maneira, as famílias se instalam onde podem e conseguem, em busca de emprego e trabalho, e deparam-se com espaços onde a pobreza é predominante e que, segundo Samagaia (2010, p.107-108):

[...] longe do olhar de quem visita a cidade ou mora nas áreas mais privilegiadas. São locais cujos moradores dão continuidade à situação em que se encontravam; isto é, em sua grande maioria convivem com habitações precárias, em terrenos “irregulares” ou áreas de risco, infraestrutura urbana precária ou inexistente, falta de áreas de lazer e convivência, etc. Estas comunidades, historicamente situadas na parte avessa da cidade, receberam pouca atenção das administrações públicas e veem seus problemas se agravarem nos últimos anos em função das novas ocupações que vão se concretizando, do empobrecimento dos moradores



locais, da inserção do tráfico de drogas, e da precarização da vida como um todo.

4 Movimentação habitacional urbana

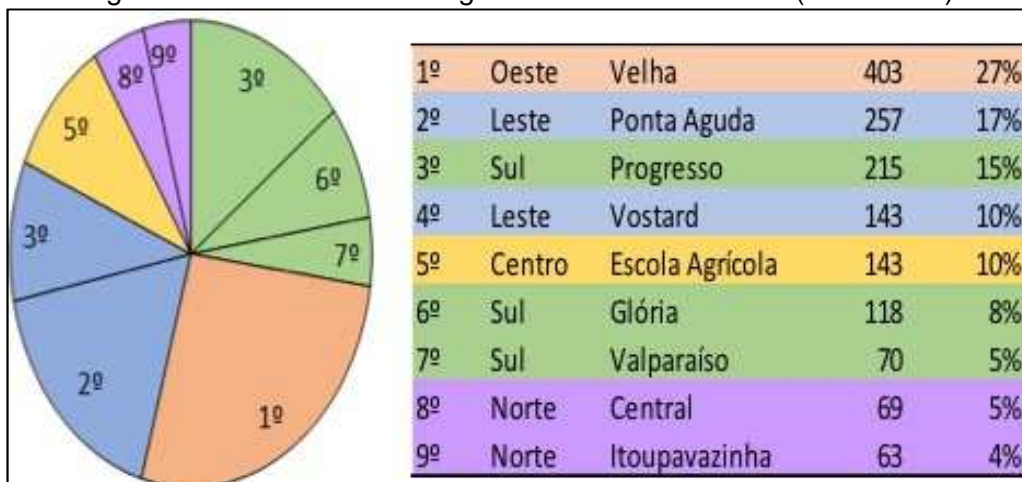
Os gráficos 01, 02, 03 e 04 buscam, então, demonstrar a influência exercida pelas dimensões econômica, risco e vulnerabilidade na movimentação habitacional urbana. A década de 1980 foi uma década ímpar, pois é fruto do primeiro plano diretor, publicado em 1977 e, posteriormente das encharges de 1983 e 1984 e da primeira revisão do plano diretor em 1989. Tendo em vista estes acontecimentos e o fluxograma 01, é possível verificar que esta década foi dividida de acordo com as estratégias de antes e depois dos desastres. Sendo assim, a região central destaca-se pelo alto nível do comércio e serviços, setores públicos e burocráticos e educacionais. Aos residentes destas áreas, em geral a classe média, a grande estratégia foi a verticalização (SIEBERT, 1998), mas em pouco cresceu populacionalmente. O grande crescimento ocorreu nas regiões Oeste e Norte, que estiveram ao avanço industrial. De modo menos significativo, as regiões sul e leste não cresceram em moradias e população pois, por um lado nelas estão concentradas muitas áreas vulneráveis a desastres; e por outro há residências não contabilizadas por serem ilegais e estarem em áreas de risco e de preservação permanente.

A década seguinte está associada à crise econômica e financeira de 1990 e a abertura às importações. Este período representou o “empobrecimento considerável de grande parte da população. As chamadas ‘ocupações ilegais’ passaram concretamente a fazer parte da paisagem da cidade neste período” (SAMAGAIA, 2010, p. 108-109). Foi possível perceber o aumento da pobreza conjuntamente com o aumento da precarização do trabalho, o que fez crescer as áreas de concentração de pobreza. E estas áreas caracterizam-se pelas ocupações ilegais e na periferia da cidade, onde a infraestrutura urbana é escassa e o grau de vulnerabilidade elevado. Mas, apesar da crise, ainda era comum que imigrantes de outras cidades buscassem em Blumenau oportunidades de emprego e este, então, fixavam-se em áreas de pobreza e vulneráveis (SAMAGAIA, 2010). Junto a esta fragmentação da economia, ressalta-se a criação de terminais interligados de transporte coletivo municipal em 1996, possibilitando e facilitando o deslocamento do trabalhador – o que possibilita a desvincular a necessidade de habitar próximo ao local de

trabalho. Desta maneira, a população se deslocou às regiões onde os bairros não sofreram com os altos valores da especulação e valorização espacial – principalmente nas regiões norte e oeste.

A partir da verticalização alcançada com revisão do Plano Diretor de 1996, o número de domicílios cresce consideravelmente na região central, principalmente nos bairros Centro, Jardim Blumenau e Victor Konder. Assim as áreas até então atingidas pelas enchentes tornam-se viáveis para ocupação. No entanto este número não acompanha o crescimento populacional, evidenciando o caráter de aquisição para investimento, o qual alimenta a especulação imobiliária local.

Figura 3 Bairros com mais registros de Deslizamentos (2000-2010)



Fonte: Banco de dados da Defesa Civil de Blumenau

A década de 2000 esteve marcada pelas alterações no plano diretor de 2006, pelo mapeamento das áreas de risco e ocupações ilegais e por acrescentar os deslizamentos de terra no escopo de desastres observados. A respeito deste último ponto, a partir de 1997 a defesa civil passou a contabilizar o número de deslizamentos de terra na cidade, divididos por bairros. Com estas informações, a figura 3 demonstra as regiões onde se encontram os bairros com o maior número de ocorrência de deslizamentos, de 2000 a 2010. As regiões oeste, leste e sul são as que, percentualmente, apresentam os maiores valores (27%, 17% e 15% respectivamente), demonstrando que há um grande risco em habitar estas regiões. E apesar da grande vulnerabilidade aos deslizamentos, oeste e leste foram as que mais



criaram-se populações em domicílios. A alteração no plano diretor em 2006 veio acompanhada pelo processo de regularização fundiária urbana, mas ausente de políticas públicas habitacionais e de atendimento de infraestruturas aos bairros periféricos. As alterações e modificações no planejamento urbano não foram rápidas o suficiente, de modo que os eventos de novembro de 2008 apenas expuseram o problema habitacional da cidade.

5 Conclusão

Derivado desses encaminhamentos migratórios e ocupacionais que o cenário do desastre de 2008 foi sendo formado. O direcionamento da ocupação a partir de dimensões socioeconômicas, territorial, legislativo e natural, decorrente das delimitações das áreas de risco, vulneráveis e legais compuseram a estrutura de uma iminente e anunciada situação de desastre. Tal evento, então, é resultado de uma construção socioambiental e histórica e que se torna previsível em que, cedo ou tarde, o desastre ocorra. Desta forma, aos legais, paga-se o preço da especulação da segurança e da centralidade e proximidade; aos ilegais, o preço da vulnerabilidade, das distantes seguranças ou da ilegalidade e falta de infraestrutura. Desta relação multidimensional urbana que 2008 produziu milhares de desabrigados e desalojados e o evento de desastre de maior proporção que a cidade já registrou.

Tal situação demonstra um planejamento urbano tardiamente preocupado com as áreas de ocupações ilegais. Os eventos de desastres são uma constante aos habitantes de Blumenau e mesmo com a presença deste fato, a posição de polo de microrregião faz dela atrativa a migrantes em busca de melhores condições de vida. O desenvolvimento urbano, ausente de políticas públicas habitacionais, faz dos migrantes, ocupantes de áreas de risco e vulneráveis a desastres. Os desastres na cidade, então, são construções sociopolíticas e ambientais, fruto de embates de interesses e ausência de ações governamentais inclusivas às áreas periféricas.

6 Referência Bibliográfica

Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios
 Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017



AUMOND, Joarês. J. *et al.* Condições naturais que tornam o Vale do Itajaí sujeito aos desastres. In: FRANK, B.; SEVEGNANI, L. (Org.). **Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: água, gente e política**. Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009, p. 22-37.

BAGATTOLLI, Carolina. O desenvolvimento recente do sistema produtivo regional de Blumenau, SC. In.: THEIS, Ivo Marcos (Org). **Desenvolvimento local/regional na periferia do capitalismo mundializado**: estudos de caso em Santa Catarina. Blumenau: Edifurb, 2014.

BLUMENAU. Divisão administrativa bairros. Disponível em: <http://www.blumenau.sc.gov.br/secretarias/secretaria-de-desenvolvimento-urbano/pagina/historia-sobre-municipio/divisa-administrativa-bairros>. Acesso em: Junho de 2016

BRAUDEL, Fernand. **La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II**. Paris: Armand Colin, 1949.

GARCIA, Maria Célia Ferreira da Silva; SCHMOELLER, Nazareno Loffi. SILVEIRA, João Serafim Tusi da. A dinâmica do complexo têxtil e seus impactos sobre o sistema produtivo regional de Blumenau. In.: THEIS, Ivo Marcos (Org). **Desenvolvimento local/regional na periferia do capitalismo mundializado**: estudos de caso em Santa Catarina. Blumenau: Edifurb, 2014.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Santa Catarina, Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

JANSEN, Giane Roberta; VIEIRA, Rafaela. Evolução da Paisagem: situações de risco a escorregamento no município de Blumenau, SC. **Revista de Estudos Ambientais** (Online), v. 14, p. 58-76, 2012.

MATTEDI, Marcos Antônio. *et al.* **O desastre se tornou rotina...** In: FRANK, Beate. SEVEGNANI, Lúcia. (org). **Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: água, gente e política**. Blumenau, Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009.

MORETTI, Silvana M. **Fábrica e espaço urbano**: A influência da industrialização na formação dos bairros e no desenvolvimento da vida urbana em Blumenau. UFSC: Dissertação de Mestrado em Geografia, 2006.

OBEB. Observatório da educação básica. **Mapas temáticos de Blumenau**. Disponível em: http://campeche.inf.furb.br/obeb/Geografia/mapas_em_jpg/8.jpg. Acesso em: Junho de 2016.

PELUSO JR., Victor Antonio. **Estudos de geografia urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.



RONÇANI, Liara Darabas; GOULART FILHO, Alcides. A trajetória recente da economia catarinense (2000-2010): na contramão do crescimento? **Acta Scientiarum. Language and Culture**. Maringá, v. 37, n. 1, p. 53-64, Jan.-June, 2015.

SAMAGAIA, Jacqueline. **Globalização e Cidade**: reconfigurações dos espaços de pobreza em Blumenau/SC. Florianópolis, 2010. 263 f. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina.

SANTOS, Milton. **Técnica espaço tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. SP: Hucitec, 1994.

SIEBERT, Cláudia. **(Des)controle urbano no vale do Itajaí**. In: BEATE, Franke; SEVEGNANI, Lucia.(org) Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: Água, gente e política. Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009.

SIEBERT, Claudia. **Indústria e espaço urbano**: reestruturação e permanência. In: X SHCU - Seminário História da Cidade e do Urbanismo. Anais. Recife - PE : CECI, 2008.

SIEBERT, Claudia. **Lotes coloniais e loteamentos**: a influência da divisão da terra do período colonial sobre a estrutura fundiária e o sistema viário atuais de Blumenau. In: V Seminário História da Cidade e do Urbanismo. Campinas, PUC-Campinas, 1998.